

SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA DA ÍNDIA COLONIAL¹²

*Ranajit Guha*³

Tradução: *Thiago Romão de Alencar*⁴⁵

9

1. A historiografia do nacionalismo indiano tem sido dominada há muito tempo pelo elitismo – elitismo colonialista e elitismo nacionalista burguês.⁶ Ambos se originaram como produtos ideológicos do domínio britânico na Índia, mas sobreviveram à transferência de poder e foram assimilados às formas de discurso neocolonialista e neonacionalista na Grã-Bretanha e na Índia, respectivamente. A historiografia elitista do tipo colonialista ou neocolonialista tem autores e instituições britânicas entre seus principais protagonistas, mas tem seus imitadores na Índia e em outros países. A historiografia elitista do tipo nacionalista ou neonacionalista é uma prática basicamente indiana, mas tem imitadores nas fileiras de historiadores liberais na Grã-Bretanha e em outros lugares.

¹ O autor é grato a todos os outros colaboradores deste volume, bem como a Gautam Bhadra, Dipesh Chakrabarty e Raghendra Chattopadhyay por seus comentários a uma versão anterior deste manifesto.

² Publicado pela primeira vez em 1982, esse artigo-manifesto abre o primeiro volume da histórica série de coletâneas que ajudou a projetar o Grupo de Estudos Subalternos, cf. GUHA, Ranajit. "On Some Aspects of the Historiography of Colonial India". In: GUHA, Ranajit (org.). *Subaltern Studies 1: Writings on South Asia History and Society*. Delhi: Oxford University Press, 1982 (N.T.).

³ Ranajit Guha (1923-2023) foi um historiador indiano, um dos fundadores do Grupo de Estudos Subalternos na Universidade de Sussex, no Reino Unido. Além dos artigos presentes nas diversas coletâneas lançadas pelo grupo, escreveu *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983) e *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India* (1998), dentre outras obras (N.T.).

⁴ Doutor em História Contemporânea (PPGH-UFF).

⁵ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (151162/2022-0).

⁶ Para uma definição dos termos "elite", "povo", "subalterno", etc., da maneira como são utilizados nestes parágrafos, o leitor poderá consultar a nota impressa no final desta declaração.

2. Ambas essas variedades de elitismo compartilham o preconceito de que a formação da nação indiana e o desenvolvimento da consciência – o nacionalismo – que fundamentou esse processo foram conquistas exclusivas ou predominantemente da elite. Nas historiografias colonialistas e neocolonialistas, essas conquistas são creditadas aos governantes, administradores, políticas, instituições e cultura coloniais britânicos; nos escritos nacionalistas e neonacionalistas, às personalidades, instituições, atividades e ideias da elite indiana.

3. A primeira dessas duas historiografias define o nacionalismo indiano principalmente como uma relação de estímulo e reação. Com base em uma abordagem estritamente behaviorista, ela representa o nacionalismo como a soma das atividades e ideias com as quais a elite indiana respondeu às instituições, oportunidades, recursos etc. produzidos pelo colonialismo. Há várias versões dessa historiografia, mas a característica central comum a todas elas é descrever o nacionalismo indiano como uma espécie de “processo de aprendizado” por meio do qual a elite nativa se engajou na política ao tentar negociar através do labirinto de instituições e o correspondente complexo cultural introduzido pelas autoridades coloniais para governar o país. De acordo com essa historiografia, o que levou a elite a passar por esse processo não foi nenhum idealismo nobre voltado para o bem geral da nação, mas simplesmente a expectativa de recompensas na forma de participação na riqueza, no poder e no prestígio criados e associados ao domínio colonial; e nos é dito que foi a busca por essas recompensas, com todo o seu concomitante jogo de colaboração e competição entre o poder dominante e a elite nativa, bem como entre vários elementos dessa última, que constituiu o nacionalismo indiano.

4. A orientação geral do outro tipo de historiografia elitista é representar o nacionalismo indiano como um empreendimento primordialmente idealista no qual uma elite nativa conduziu o povo da subjugação à liberdade. Há várias versões dessa historiografia que diferem entre si quanto ao grau de ênfase no papel dos líderes individuais ou das organizações e instituições da elite como a força principal ou motivadora dessa iniciativa. No entanto, a característica comum a todas elas é defender o

nacionalismo indiano como uma expressão ideal da bondade da elite nativa, fazendo com que o lado antagônico de sua relação com o regime colonial, contra todas as evidências, pareça maior do que seu aspecto colaboracionista; seu papel como promotores da causa do povo seja maior do que o de exploradores e opressores; seu altruísmo e abnegação sejam maiores do que sua luta por um mínimo de poder e privilégio concedidos pelos governantes para garantir seu apoio ao *Raj*⁷. A história do nacionalismo indiano é, portanto, escrita como uma espécie de biografia espiritual da elite indiana.

5. É claro que a historiografia elitista tem seus benefícios. Ela nos ajuda a conhecer melhor a estrutura do Estado colonial, a forma de funcionamento de seus vários órgãos em determinadas circunstâncias históricas, a natureza do alinhamento de classes que o sustentava; [a natureza] de alguns aspectos da ideologia da elite como a ideologia dominante do período, das contradições entre as duas elites e as complexidades de suas oposições e coalizões mútuas; o papel de algumas das mais importantes personalidades e organizações das elites britânicas e indianas. Acima de tudo, ele nos ajuda a entender o caráter ideológico da própria historiografia.

6. Entretanto, o que esse tipo de escrita histórica não pode fazer é nos explicar o nacionalismo indiano. Pois ela não reconhece, e muito menos interpreta, a contribuição feita pelo povo *por conta própria*, ou seja, *independentemente da elite*, para a criação e o desenvolvimento desse nacionalismo. Nesse aspecto específico, a pobreza dessa historiografia é demonstrada, sem sombra de dúvida, por sua incapacidade de compreender e avaliar a articulação em massa desse nacionalismo, exceto, negativamente, como um problema de lei e ordem, e positivamente, se é que o faz, como uma resposta ao carisma de certos líderes da elite ou nos termos atualmente mais em voga de mobilização vertical pela manipulação de facções. O envolvimento do povo indiano em grande número, às vezes em centenas de milhares ou até milhões, em atividades e ideias nacionalistas é, portanto, representado como um desvio

⁷ O *Raj* (britânico) é como ficou conhecido o domínio dos britânicos no subcontinente indiano. O termo, na língua hindustâni local, significa “reino” (N.T.).

de um processo político supostamente “real”, ou seja, o desgaste das engrenagens do aparato estatal e das instituições de elite voltadas para ele, ou é simplesmente creditado, como um ato de apropriação ideológica, à influência e à iniciativa da própria elite. A falência dessa historiografia fica claramente exposta quando ela é chamada a explicar fenômenos como o levante anti-Rowlatt de 1919⁸ e o movimento *Quit India* de 1942⁹ – para citar apenas dois dos inúmeros exemplos de iniciativas populares que se manifestaram no decorrer de campanhas nacionalistas, em desafio ou à revelia do controle da elite. Como essa historiografia unilateral e indiferente pode nos ajudar a entender os profundos deslocamentos, bem abaixo da superfície da política da elite, que tornaram possíveis Chauri-Chaura¹⁰ ou as demonstrações militantes de solidariedade aos amotinados do RIN¹¹?

12

⁸ Os levantes anti-Rowlatt de 1919 foram motivados pela implementação, por parte da administração colonial britânica, das Leis Rowlatt do mesmo ano – oficialmente, “Lei de Crimes Revolucionários e Anárquicos” –, que dava plenos poderes às forças policiais para prenderem indefinidamente e sem direito a julgamento qualquer indivíduo tido como ameaça ao domínio colonial, no contexto de ascensão dos movimentos nacionalistas. Os protestos contra o ato envolveram greves, procissões e outras atividades em diversas regiões, e ajudaram a popularizar ainda mais a figura de Mahatma Gandhi (N.T.).

⁹ O movimento *Quit India* tomou corpo em agosto de 1942, como resposta aos fracassos nas negociações da representação indiana com o governo britânico, no contexto da Segunda Guerra Mundial, em prol de uma transição ordenada para a independência e a entrega de poder gradual aos indianos em troca do apoio e participação dos últimos no esforço de guerra. Envolveu principalmente greves e ataques à prédios e instituições vinculadas à administração britânica, com o intuito de dificultar o governo do subcontinente – para isso, foram atacadas ferrovias, delegacias de polícia e até fios de telégrafo. A ausência de uma liderança centralizada teve por consequência a tomada de poder momentânea em algumas regiões da Índia, como em Uttar Pradesh e Midnapore, bem como revoltas camponesas de grande escala em Bengala ocidental, acontecimentos logo dispersados depois da intervenção de Mahatma Gandhi (N.T.).

¹⁰ O incidente na cidade Chauri-Chaura refere-se ao incêndio da delegacia de polícia da região, levado a cabo pelos participantes de uma manifestação do movimento de não-cooperação como resposta à violenta repressão policial à manifestação, em 4 de fevereiro de 1922. O incêndio levou à morte dos 3 civis e 22 policiais que se encontravam na delegacia no momento do ataque, ocasionando uma onda de prisões e mais violência por parte das autoridades coloniais, estimulando ainda mais as manifestações em prol da independência indiana (N. T.).

¹¹ O motim na Marinha Real Indiana (*Royal Indian Navy*, na sigla em inglês) ocorreu em fevereiro de 1946, envolvendo marinheiros, soldados, funcionários da polícia e civis contra o domínio britânico na Índia, no contexto do imediato pós-Segunda Guerra. O movimento começou com uma greve de membros da marinha contra as péssimas condições encontradas ali, e logo se espalhou pelo restante das forças armadas. A rendição do motim se deu em grande parte pela pressão do Congresso Nacional Indiano e da Liga Muçulmana, que viam naquela revolta violenta armada uma ameaça ao seu projeto de transferência de poder pacífica como resultado da resistência não-violenta

7. Essa inadequação da historiografia elitista decorre diretamente da visão estreita e parcial da política com a qual ela está comprometida em virtude de sua perspectiva de classe. Em todos os textos desse gênero, os parâmetros da política indiana são considerados ou enunciados como sendo exclusiva ou principalmente os das instituições introduzidas pelos britânicos para o governo do país e os conjuntos correspondentes de leis, políticas, atitudes e outros elementos da superestrutura. Inevitavelmente, portanto, uma historiografia prejudicada por essa definição não pode fazer mais do que equiparar a política à agregação de atividades e ideias daqueles que estavam diretamente envolvidos na operação dessas instituições, ou seja, os governantes coloniais e seus aprendizes – os grupos dominantes na sociedade nativa. Na medida em que se acreditava que suas interações mútuas eram tudo o que havia no nacionalismo indiano, o domínio desse último é considerado coincidente com o da política.

13

8. O que é claramente deixado de fora dessa historiografia não-histórica é a *política do povo*. Pois, paralelamente ao domínio da política das elites, existiu durante todo o período colonial outro domínio da política indiana no qual os principais atores não eram os grupos dominantes da sociedade nativa ou as autoridades coloniais, mas as classes e grupos subalternos que constituíam a massa da população trabalhadora e os estratos intermediários na cidade e no campo – ou seja, o povo. Esse era um domínio *autônomo*, pois não se originava da política da elite nem sua existência dependia dela. Era tradicional apenas na medida em que suas raízes podiam ser traçadas até os tempos pré-coloniais, mas não era de forma alguma arcaico no sentido de ultrapassado. Longe de ser destruída ou tornada basicamente ineficaz, como o foi a política de elite do tipo tradicional pela intrusão do colonialismo, ela continuou a operar vigorosamente apesar do colonialismo, ajustando-se às condições prevaletentes sob o *Raj* e, em muitos aspectos, desenvolvendo formas inteiramente novas, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Por mais moderna que fosse a

política da elite nativa, ela se distinguiu por sua profundidade relativamente maior, tanto no tempo quanto na estrutura.

9. Uma das características mais importantes dessa política está relacionada justamente aos aspectos da mobilização que são tão pouco explicados pela historiografia elitista. A mobilização no domínio da política das elites foi realizada verticalmente, enquanto na política dos subalternos foi realizada horizontalmente. A mobilização da primeira se caracterizou por uma dependência relativamente maior das adaptações coloniais das instituições parlamentares britânicas e dos resíduos das instituições políticas semifeudais do período pré-colonial; a da segunda se baseou mais na organização tradicional de laços de parentesco e territorialidade ou em associações de classe, dependendo do nível de consciência das pessoas envolvidas. A mobilização da elite tendia a ser relativamente mais legalista e constitucionalista em sua orientação, enquanto a mobilização subalterna era relativamente mais violenta. A primeira foi, de modo geral, mais cautelosa e contida, e a segunda, mais espontânea. A mobilização popular no período colonial foi realizada em sua forma mais abrangente nas revoltas camponesas. Entretanto, em muitos casos históricos envolvendo grandes massas de trabalhadores e da pequena burguesia nas áreas urbanas, a natureza da mobilização também derivou diretamente do paradigma da insurgência camponesa.

10. A ideologia atuante nesse domínio, considerada como um todo, refletia a diversidade de sua composição social, com a percepção de seus principais elementos dominando a dos outros em qualquer momento e em qualquer evento específico. Entretanto, apesar dessa diversidade, uma de suas características invariantes era a noção de resistência à dominação da elite. Isso decorreu da subalternidade comum a todos os componentes sociais desse domínio e, como tal, distinguiu-o nitidamente da política das elites. É claro que esse elemento ideológico não era uniforme em termos de qualidade ou densidade em todos os casos. Na melhor das hipóteses, ele aumentou a concretude, o foco e a tensão da ação política subalterna. No entanto, houve ocasiões em que sua ênfase em interesses particulares desequilibrou os movimentos populares

de forma a criar desvios econômicos e divisões sectárias e, em geral, minar as alianças horizontais.

11. Outro conjunto de características distintivas dessa política derivou das condições de exploração a que as classes subalternas foram submetidas em graus variados, bem como de sua relação com o trabalho produtivo da maioria de seus protagonistas, ou seja, trabalhadores e camponeses, e com o trabalho manual e intelectual, respectivamente, dos pobres urbanos não-industriais e dos setores inferiores da pequena burguesia. A experiência de exploração e trabalho dotou essa política de muitos idiomas, normas e valores que a colocam em uma categoria diferente da política das elites.

12. Essas e outras características distintivas (a lista não é de forma alguma exaustiva) da política do povo não apareceram sempre em estado puro, como descrito nos últimos três parágrafos. O impacto das contradições vivas as modificou no curso de sua atualização na história. Entretanto, com todas essas modificações, elas ainda ajudaram a demarcar o domínio da política subalterna daquele da política das elites. A coexistência desses dois domínios ou correntes, que pode ser sentida por intuição e também comprovada por meio de demonstrações empíricas, foi indicativo de uma importante verdade histórica, ou seja, o *fracasso da burguesia indiana em falar em nome da nação*. Havia vastas áreas na vida e na consciência do povo que nunca foram integradas à sua hegemonia. A *dicotomia estrutural* que surgiu a partir disso é um dado da história indiana do período colonial, que ninguém que se proponha a interpretá-la pode ignorar sem cair em erro.

13. Essa dicotomia, no entanto, não significava que esses dois domínios estivessem hermeticamente isolados um do outro e que não houvesse contato entre eles. Pelo contrário, havia uma grande quantidade de sobreposição decorrente justamente do esforço feito de tempos em tempos pelos elementos mais avançados da elite nativa, especialmente a burguesia, para integrá-los. Esse esforço, quando vinculado a lutas que tinham objetivos mais ou menos definidos como anti-imperialistas e que eram travadas de forma consistente, produziu alguns resultados esplêndidos. Em outras ocasiões, quando vinculados a movimentos que não tinham objetivos anti-imperialistas

sólidos ou que os haviam perdido no decorrer de seu desenvolvimento e se desviaram para o compromisso legalista, constitucionalista ou de qualquer outro tipo com o governo colonial, produziram-se alguns recuos dramáticos e reviravoltas desagradáveis na forma de conflitos fragmentados. Em ambos os casos, o entrelaçamento das duas vertentes da política das elites e da política subalterna levou invariavelmente a situações explosivas, indicando que as massas mobilizadas pela elite para lutar por seus próprios objetivos conseguiram escapar de seu controle e colocar a marca característica da política popular nas campanhas iniciadas pelas classes altas.

14. No entanto, as iniciativas que se originaram do domínio da política subalterna não foram, por sua vez, suficientemente poderosas para transformar o movimento nacionalista em uma luta plena pela libertação nacional. A classe trabalhadora ainda não estava suficientemente madura nas condições objetivas de seu ser social e em sua consciência como uma classe para si, nem estava ainda firmemente aliada ao campesinato. Como resultado, ela não podia fazer nada para assumir e concluir a missão que a burguesia não havia conseguido realizar. O resultado de tudo isso foi que as inúmeras revoltas camponesas do período, algumas delas de grande alcance e ricas em consciência anticolonialista, esperaram em vão por uma liderança que as elevasse acima do localismo e as generalizasse em uma campanha anti-imperialista nacional. No caso, grande parte da luta segmentada dos trabalhadores, dos camponeses e da pequena burguesia urbana ficou enredada no economicismo ou, quando politizada, permaneceu, por falta de uma liderança revolucionária, fragmentada demais para se transformar efetivamente em algo parecido com um movimento de libertação nacional.

15. É o estudo deste *fracasso histórico da nação em se afirmar autonomamente*, um fracasso devido à inadequação da burguesia e da classe operária para a conduzir a uma vitória decisiva sobre o colonialismo e a uma revolução democrático-burguesa, quer do tipo clássico do século XIX, sob a hegemonia da burguesia, quer de um tipo mais moderno, sob a hegemonia dos operários e camponeses, ou seja, uma “nova democracia” – *é o estudo desse fracasso que constitui a problemática central da historiografia da Índia colonial*. Não existe uma maneira

predefinida de se investigar essa problemática. Deixemos que cem flores desabrochem e não nos importemos nem mesmo com as ervas daninhas. De fato, acreditamos que, na prática da historiografia, até mesmo os elitistas têm um papel a desempenhar, nem que seja o de ensinar por meio de exemplos negativos. Mas também estamos convencidos de que a historiografia elitista deve ser combatida com determinação por meio do desenvolvimento de um discurso alternativo baseado na rejeição do monismo espúrio e anti-histórico característico de sua visão do nacionalismo indiano e no reconhecimento da coexistência e da interação dos domínios políticos das elites e dos subalternos.

16. Temos certeza de que não estamos sozinhos em nossa preocupação com o estado atual da historiografia política da Índia colonial e na busca de uma solução para esse problema. O elitismo da moderna historiografia indiana é um fato opressivo e ressentido por muitos outros estudantes, professores e autores como nós. É possível que nem todos eles concordem com o que foi dito acima sobre esse assunto exatamente da maneira como o dissemos. No entanto, não temos dúvidas de que muitos outros pontos de vista e práticas historiográficas provavelmente convergirão para uma posição próxima à nossa. Nosso objetivo ao divulgar nossos próprios pontos de vista é promover essa convergência. Não pretendemos mais do que tentar indicar uma orientação e esperamos demonstrar na prática que isso é viável. Em qualquer discussão que possa surgir, esperamos aprender muito não apenas com a concordância daqueles que pensam como nós, mas também com as críticas daqueles que não concordam.

UMA OBSERVAÇÃO SOBRE OS TERMOS “ELITE”, “POVO”, “SUBALTERNO”, ETC. CONFORME USADOS ACIMA.

O termo “elite” foi usado nesse manifesto para designar os grupos *dominantes*, tanto estrangeiros quanto nativos. Os grupos *estrangeiros dominantes* incluíam todos os não indianos, ou seja, principalmente funcionários britânicos do Estado colonial e industriais, comerciantes, financistas,

fazendeiros, proprietários de terras e missionários estrangeiros.

Os grupos *dominantes nativos* incluíam classes e interesses que operavam em dois níveis. No *nível da Índia como um todo*, eles incluíam os maiores magnatas feudais, os representantes mais importantes da burguesia industrial e mercantil e recrutados nativos para os níveis mais altos da burocracia.

Nos *níveis regional e local*, eles representavam as classes e outros elementos que eram membros dos grupos dominantes da Índia como um todo incluídos na categoria anterior *ou* que, se pertenciam a estratos sociais hierarquicamente inferiores aos dos grupos dominantes da Índia como um todo, ainda assim *agiam de acordo com os interesses desses últimos e não em conformidade com os interesses que correspondiam verdadeiramente ao seu próprio ser social*.

18

Considerada como um todo e em abstrato, essa última categoria da elite era *heterogênea* em sua composição e, graças ao caráter desigual dos desenvolvimentos econômicos e sociais regionais, *diferia de região para região*. A mesma classe ou elemento que era dominante em uma determinada região, de acordo com a definição dada acima, poderia estar entre os dominados em outra. Isso poderia criar, e de fato criou, muitas ambiguidades e contradições em atitudes e alianças, especialmente entre os estratos mais baixos da nobreza rural, proprietários empobrecidos, camponeses ricos e camponeses médios-altos, todos pertencentes, *idealmente falando*, à categoria de “povo” ou “classes subalternas”, conforme definido abaixo. A tarefa da pesquisa é investigar, identificar e medir a natureza e o grau *específicos* do *desvio* desses elementos em relação ao ideal e situá-los historicamente.

Os termos “povo” e “classes subalternas” foram usados como sinônimos ao longo deste manifesto. Os grupos e elementos sociais incluídos nessa categoria representam a *diferença demográfica entre a população indiana total e todos aqueles que descrevemos como a “elite”*. Algumas dessas classes e grupos, como a pequena nobreza rural, os proprietários de terras empobrecidos, os camponeses ricos e

os camponeses de classe média alta, que “naturalmente” se posicionavam dentre o “povo” e os “subalternos”, poderiam, sob certas circunstâncias, agir em nome da “elite”, conforme explicado acima, e, portanto, ser classificados como tal em algumas situações locais ou regionais – uma ambiguidade que cabe ao historiador resolver com base em uma leitura atenta e criteriosa de suas evidências.